

Experiências econômicas solidárias em Governador Valadares: Uma breve análise do perfil das associações e seus integrantes

Ana Letícia Pastore Trindade¹

Resumo

A Economia Solidária chegou ao Brasil no final da década de noventa e passou a ser tratada como política pública para geração de renda e redução do desemprego no início do governo Lula como forma de atenuar os efeitos das altas taxas de desemprego no período. Este artigo se propôs a esboçar o perfil dos empreendimentos econômicos solidários no município de Governador Valadares, tal qual as relações vigentes entre os empreendimentos por tipo de atividade realizada. Para tanto, foram aplicados questionários junto aos trabalhadores e trabalhadoras, assim como a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores, coordenadores e antigos membros das associações. Observa-se uma população de trabalhadores acima dos 40 anos, com baixa escolaridade e renda. Entre os empreendimentos analisados, percebe-se forte participação de associações ligadas à agricultura familiar no município, que estão fortemente relacionadas entre si. O engajamento dos empreendimentos em projetos de apoio e capacitação acerca dos conceitos de Economia Solidária também se mostraram importantes para garantir que as relações de trabalho sejam, de fato, baseadas nos princípios da solidariedade.

Palavras-chave: Economia Solidária; Governador Valadares; análise.

Abstract

The Solidary Economy arrived in Brazil at the end of the nineties and began to be treated as a public policy for income generation and reduction of unemployment at the beginning of the Lula government, in order to mitigate the effects of high unemployment rates in the period. This article proposes to outline the profile of solidary economic enterprises in Governador Valadares, such as the current relationships between the enterprises by type of activity. For that, questionnaires were applied to the workers, as well as semi-structured interviews with managers, coordinators and former members of the associations. It is observed a population of workers over 40, with low schooling and income. Among the enterprises analyzed, there is a strong participation of associations related to family agriculture in the municipality, which are strongly related to each other. The engagement of enterprises in support and capacity building projects on the concepts of Solidarity Economy has also proved important to ensure that labor relations are, in fact, based on the principles of solidarity.

Keywords: Governador Valadares; Solidary Economy; analyze.

¹ Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Juiz de Fora, *campus* Governador Valadares.

1. INTRODUÇÃO

É sabido que o sistema de produção capitalista possui efeitos colaterais negativos sobre a sociedade, sendo esse revés mais intenso em países menos desenvolvidos. Além da profunda desigualdade gerada, o modo de produção dominante rompe a relação entre o trabalhador e o processo do trabalho, transformando o ofício em um mero meio de subsistência e reprodução do capital. A criação de um novo modo de trabalho, que reconfigurasse essa relação, foi pensada no início do século XIX pelo socialista utópico Charles Fourier, na França, e pelo cooperativista Robert Owen, na Inglaterra. Apesar de ter seus ideais disseminados até o continente americano, Fourier não conseguiu colocar seu projeto em prática. Robert Owen, entretanto, contou com forte apoio dos sindicatos na primeira metade do século, disseminando os ideais do cooperativismo por diversos países da Europa e dando início à história da Economia Solidária, que surgiria para amenizar os efeitos reversos da Revolução Industrial (SINGER, 2002).

Historicamente, a Economia Solidária surge em contextos de fortes mudanças estruturais no sistema produtivo. No século XX, ela ressurgiu em 1973, a partir da crise do petróleo, quando, por dificuldades de financiamento, o “Estado-Providência” entra em crise e abre espaço para o ressurgimento de experiências solidárias (AMORIM; HERTON, 2004). Em tais contextos, os empreendimentos autogeridos coexistiram com o sistema capitalista. Neste aspecto, entende-se que, tão importante quanto desvencilhar o modo de produção solidário da ideia de um mero sistema acessório, é garantir que as ações tomadas no presente tenham efeitos positivos sobre a economia e causem impactos sociais relevantes (GAIGER, 2003).

De forma distinta aos países europeus, o Brasil tem seu histórico trabalhista marcado por trabalhadores escravos, imigrantes e outros despossuídos. Este cenário passa por mudanças a partir da década de 1930, com o crescimento do assalariamento formal, notado, principalmente, após a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943. Tal ciclo tem seu fim, entretanto, na década de 1980, quando a recessão observada na economia brasileira inaugura uma ruptura do “padrão de estruturação do mercado de trabalho brasileiro” (AMORIM; HERTON, 2004, p. 47). Apesar do baixo crescimento econômico, a década de 1980 se mostrou capaz de criar novos empregos, ainda que precários, fato não observado a partir da segunda metade da década de 1990². Arcoverde, Souza e Fragoso (2006), sintetizam o renascimento de uma economia social, popular e solidária no Brasil como um efeito das carências e recuos do Estado frente à escalada neoliberal observada no final do século passado.

² “De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), no universo de pessoas de 16 a 59 anos, a taxa de desemprego no Brasil foi de 9,2% em 2002 contra 6,2% em 1995 [...]” (AMORIM; HERTON, 2004, p. 47).

Diante da crise do trabalho que se enfrentava, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou, em 2003, o projeto de lei que criou no Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SNDES), cujo objetivo era “difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)” (SINGER, 2004, p.4). Tais medidas impactaram a cidade de Governador Valadares com a criação do Fórum Regional de Economia Solidária em 2004, segundo entrevistas realizadas com participantes do movimento na cidade.

Em se tratando da cidade de Governador Valadares, a Lei nº 6.553/2014 institui as diretrizes e estabelece os princípios e objetivos da política municipal de fomento à Economia Solidária. O município está situado no leste de Minas Gerais e conta com uma população estimada para 2018 de 278.685 habitantes (IBGE, 2018). O Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2015 foi de R\$ 5,43 milhões e o PIB per capita de aproximadamente R\$ 19,5 mil (IBGE, 2015). Com relação aos indicadores sociais, no ano de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) apurado foi de 0,727 (PNUD, 2010a), abaixo da média do estado que foi de 0,731 (PNUD, 2010b), e o coeficiente de Gini³ calculado para o município em 2014 foi de 0,5377 (DATASUS, 2010). É importante ressaltar que dos 853 municípios no estado, Governador Valadares ocupa a 600ª posição relativa ao coeficiente de Gini, o que caracteriza a alta desigualdade na região.

Este trabalho parte da visão de que formas alternativas de se fazer economia são necessárias para garantir que pessoas à margem do sistema de produção vigente tenham a possibilidade de gerar renda. Nesse sentido, as associações baseadas no modo de produção solidário passam a ser uma opção para os mais vulneráveis em momentos de crise financeira, ou até mesmo aos que buscam produzir ou consumir de forma mais justa. Em Governador Valadares, a produção e comercialização solidária está presente nas diversas associações, o que justifica um estudo mais aprofundado acerca do perfil dos indivíduos participantes e suas formas de gestão. Portanto, este trabalho tem por objetivo traçar um esboço do perfil dos trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos solidários, assim como caracterizar e analisar os laços entre os empreendimentos visitados na região.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta uma breve revisão de literatura sobre a Economia Solidária, apontando suas principais características, seus fundamentos e as possibilidades geradas a partir dessas

³ “É uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima)” (IBGE, 2014).

experiências. O segundo tópico fará uma pequena digressão histórica acerca da Economia Solidária no contexto mundial e seu surgimento no Brasil. O último tratará dos tipos de cooperativismo presentes na literatura acerca do tema e suas experiências históricas.

2.1. Economia Solidária: características e possibilidades

Atualmente, as sociedades estão pautadas no modo de produção capitalista, fundamentado no direito à propriedade privada e à liberdade individual, onde cada um é responsável por sua condição e, em diversos aspectos, o melhor vence e o menor perde. Essa competição intrínseca ao modelo produz diversos efeitos sociais, entre eles a marginalização de indivíduos, ou empresas, que não conseguem se estabelecer no mercado (SINGER, 2002).

Perante tais fatos, o modo de produção solidário possui características que o classificam como uma alternativa às formas tradicionais de emprego e gestão da produção (GAIGER, 2003). Além dos motivos econômicos que levam os indivíduos a cooperarem entre si, deve-se ressaltar o aspecto moral presente na Economia Solidária. Certos valores como justiça social, solidariedade e respeito à natureza são bases do modelo, que busca a socialização da riqueza ao invés dos lucros dos monopólios, assim como o privilégio pelas necessidades sociais (LECHAT, 2003). Especificamente sobre a relação do modo de produção capitalista e a preservação dos bens naturais, Milanez (2003) apresenta críticas ao modelo de desenvolvimento sustentável proposto para conciliar o crescimento da economia e a preservação do meio ambiente. Segundo o autor, o modelo se preocupa somente com o fim dos rejeitos, reduzindo em pouco, ou nada, a magnitude do dano causado.

Com relação à organização da produção, o modelo de coordenação presente nos empreendimentos solidários é a autogestão. Caracterizado por práticas sociais democráticas, o modelo propicia uma maior autonomia do “coletivo” e propõe relações horizontais entre os trabalhadores (ALBUQUERQUE, 2003). Se comparada à heterogestão, aplicada nas relações de trabalho capitalistas, a diferença está, principalmente, nas tomadas de decisões e na divisão do lucro da empresa. Em cooperativas autogestionárias, quando o empreendimento é pequeno, as decisões são tomadas em assembleia, caso contrário, serão eleitos delegados de cada sessão para votar as decisões em assembleia. Nesse formato de gestão, as ordens e funções fluem de baixo para cima, dos trabalhadores para os diretores, e as informações de cima para baixo (SINGER, 2002).

Gaiger (2003) faz um paralelo entre as características do modo de produção solidário com a forma de produção camponesa, primeiramente porque ambas se distinguem do modo de produção assalariado e também porque, segundo ele, “[...] as práticas de autogestão e cooperação dão a esses

empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente⁴ (GAIGER, 2003, p. 191).

Conforme Singer (2003), os princípios que regem o cooperativismo foram estabelecidos em 1844 pelos Pioneiros Equitativos de Rochdale, a primeira cooperativa de consumo que se tem registro e que, posteriormente, terá maior atenção nesse trabalho. Apesar da longa data, seus princípios se tornaram universais e até hoje são utilizados como base aos que praticam o associativismo, sendo eles:

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente do quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo a princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (SINGER, 2003, p. 40).

Como observado em Gaiger (2003), no final da década de 1990 e início dos anos 2000, a Economia Solidária passou a fazer parte do debate econômico e político brasileiro. A gestão cooperativa tem forte apoio por parte dos movimentos sociais de esquerda, que avistam nesse modelo de produção uma nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares. Com relação ao debate acerca da possibilidade de substituição do modo de produção capitalista pelo modo de produção solidário, o autor adverte sobre a formulação de teorias por demais audaciosas sobre o tema que, segundo ele, associam a Economia Solidária a um novo modo de produção dominante. Também ressalta a importância de uma teorização vinculada com a realidade, capaz de causar impactos sociais, para que o modelo de produção e comercialização possa ser, de fato, uma saída para as iniquidades causadas pelo capitalismo. Segundo o estudioso, historicamente, os dois modos de produção coexistem: o capitalista e o solidário.

Leite e Georges (2012) chamam a atenção para o fato de a Economia Solidária ser um novo campo de estudo e trabalho, ainda não regularizado, o que pode incorrer em diversos pontos negativos, como a criação de postos de trabalho precários, cooperativas capitalistas que usufruem das isenções fiscais concedidas às cooperativas solidárias, assim como cooperativas que foram criadas pelas

⁴ Conforme Marx (2012), o trabalho excedente corresponde ao valor criado pela força de trabalho durante o processo produtivo que não é usado para remunerar a subsistência do operário (trabalho necessário). No capitalismo, esse excesso é apropriado pelos empresários detentores do capital.

Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) ⁵e são fechadas após fiscalização. Ainda segundo as autoras, em um novo modelo de produção, estabelecem-se novas formas de hierarquia, abrindo espaço para novas formas de discriminação.

2.2. Origens históricas da Economia Solidária e seu surgimento no Brasil

Assim como os diversos fatos sociais explorados na ciência, a origem das práticas de Economia Solidária não é um consenso entre pesquisadores. Lechat (2002) faz uma analogia da origem dos fatos sociais com a busca pela nascente do rio Nilo, que envolveu diversos exploradores no século XIX. A decisão comum encontrada foi que o rio não possuía uma nascente, mas sim várias. O mesmo ocorre com o nascimento da Economia Solidária.

Na Europa, os precursores dos ideais solidários foram os socialistas utópicos Charles Fourier e Saint-Simon e o cooperativista Robert Owen. A experiência inglesa surgiu no início do século XIX, em reação aos espantosos efeitos causados pelo capitalismo industrial. O empobrecimento dos artesãos, as jornadas de trabalho sem fim e o aumento da exploração compunham o cenário pós-Revolução Industrial. Em New Lanark, vila próxima a Lanark, na Escócia, Owen organizou a produção de maneira diferente: a limitação das horas de trabalho para os adultos e a criação de escolas para as crianças aumentaram a produtividade de seus funcionários, o que despertou interesse por parte dos industriais e governantes que enfrentavam a depressão com a queda da indústria bélica pós-Revolução Francesa (SINGER, 2002).

Todo o brilho foi ofuscado, entretanto, quando os ideais propostos por Robert Owen foram vistos como uma forma de superar o capitalismo e não o corrigir. Devido ao fato, Owen se mudou para os Estados Unidos em busca de novos seguidores. Naquele momento, os seus ideais já haviam se disseminado entre os trabalhadores, que criaram diversas cooperativas no período, mas não conseguiram se manter por muitos anos (SINGER 2002; LECHAT, 2002). Para Singer (2002), esta primeira fase da história da Economia Solidária deve ser chamada de “cooperativismo revolucionário”, já que os ideais solidários contaram com a crítica operária e socialista ao capitalismo.

Na França, a criação do Falanstério, idealizada por Charles Fourier, nunca saiu do papel, pois, além de ser homem de pouca ação, não era de seu interesse que o projeto fosse realizado por

⁵ A primeira ITCP foi criada em 1963, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desde então, passou a ser modelo para diversas universidades brasileiras. Conforme Bocayuva (2001), “A ITCP tem por objetivo desenvolver atividades voltadas para a inserção de setores economicamente marginalizados no mercado formal de trabalho. Seu público-alvo é um grande contingente de trabalhadores, desempregados ou vinculados ao plano da economia informal, que pode conquistar requisitos básicos de cidadania a partir da organização do trabalho”. O Cooperativismo e a Economia Solidária são bases para o desenvolvimento dos empreendimentos. O processo de incubação caracteriza-se por um processo de longo tempo, em torno de dois a três anos, sendo o suficiente para acompanhar as necessidades do grupo com o qual se trabalha (SANTOS; CRUZ, 2016).

discípulos. Diferente do projeto de Owen, o Falanstério era baseado na propriedade privada e não coletivista, onde cada um teria liberdade para escolher e realizar um trabalho de acordo com suas paixões (SINGER, 2002). Para Gide (1971) *apud* Singer (2002), o fato de Fourier acreditar na execução de cooperativas autogeridas, baseadas na liberdade de escolha, e dispensar a participação do Estado em todos os aspectos, o caracterizam como pertencente à escola anarquista e não socialista. Apesar da não execução do projeto na França, seus ideais fomentaram a criação de diversas associações cooperativas nos Estados Unidos, cuja duração máxima foi de cinco ou seis anos.

De acordo com Amorim e Hertton (2004), a exclusão de uma parcela da população dos ganhos de produtividade e as tensões provocadas pelas inserções desiguais dos cidadãos na economia de mercado são inerentes ao capitalismo desde o seu surgimento. Nos países europeus, o conflito se torna mais ameno no final do século XIX e parte do século XX quando “As duas esferas, da economia de mercado e do social, vão se reconciliar na esfera da proteção social” (AMORIM; HERTON, p. 46). Em 1973, a crise gerada pelo choque do petróleo põe em xeque o “Estado-Providência”, que enfrenta dificuldades financeiras e demonstra as fraturas do sistema de produção capitalista. Esse contexto propiciou o surgimento de novas experiências solidárias, embora, subsidiárias ao capitalismo e sem grande visibilidade.

No Brasil, a história do cooperativismo solidário é ainda mais recente. Conforme Paul Singer: “O cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX, trazido pelos emigrantes europeus. Tomou principalmente a forma de cooperativas de consumo na cidade e de cooperativas agrícolas no campo. As cooperativas eram em geral por empresa e serviam para proteger os rigores da carestia” (SINGER, 2002, p. 122). Apesar disso, as práticas solidárias só foram realmente fortalecidas no final do século, quando o país passou por sua fase de desindustrialização⁶, durante as décadas de 1980 e 1990.

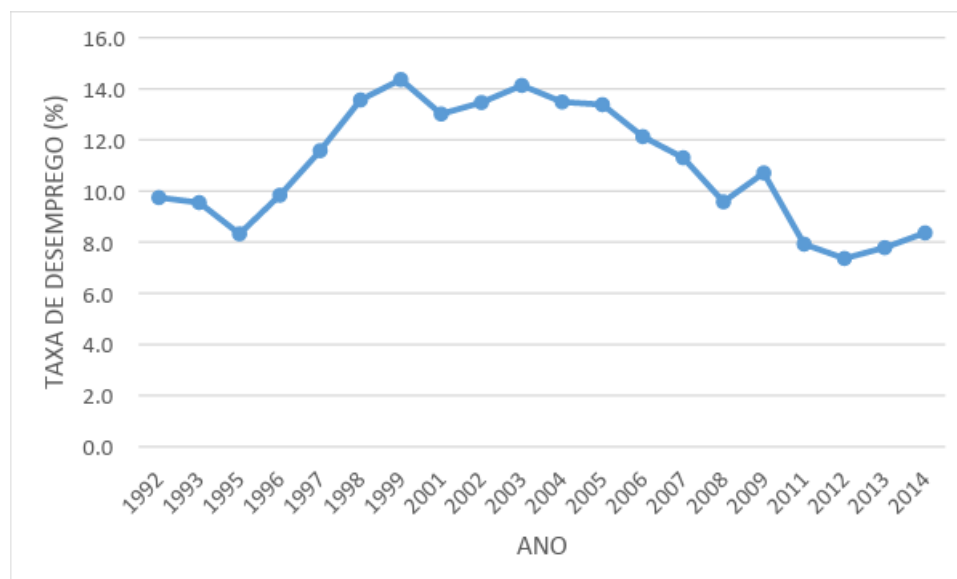
A adoção do receituário neoliberal, a inserção passiva do Brasil na economia internacional e a redução de empregos formais no período⁷, sobretudo no final da década de 1990, conforme o Gráfico 1 abaixo, criaram um cenário propício a novas experimentações na gestão de empreendimentos e geração de renda, abrindo as portas para a fase embrionária da Economia Solidária no Brasil, que recebeu forte apoio de estudantes, universitários, religiosos, técnicos, pesquisadores, trabalhadores, sindicalistas, entre outros. Em alguns estados da federação também houve apoio do governo, que

⁶ A existência da desindustrialização no final do século XX não é um consenso entre os pesquisadores, para um maior debate acerca do tema, consultar o texto “Existe doença holandesa no Brasil?” (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008).

⁷ Estima-se que, no período de 1940 a 1980, a cada 10 ocupações geradas 8 eram assalariadas e 7 eram com contrato formal. Já em 1990, a cada 10 ocupações geradas 7 foram assalariadas, sendo 3 com contrato formal e 4 sem contrato formal (POCHMANN, 2004).

culminou na criação de cooperativas como o “banco do povo” e das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) (POCHMANN, 2004).

Gráfico 1 – Taxa de desemprego das áreas metropolitanas do Brasil (1992-2014)



Fonte: Ipeadata.

2.3. Tipos de cooperativismo

Os empreendimentos solidários podem ser classificados em diversas modalidades. Com base em Singer (2003), o Quadro 1 abaixo classifica os tipos de cooperativismo, suas características e relata experiências históricas para cada tipo.

Quadro 1 – Tipos de cooperativismo

Tipo de empreendimento solidário	Características	Exemplos
<i>Cooperativismo de consumo</i>	O cooperativismo de consumo segue as leis universais do cooperativismo, apresentadas anteriormente, já que foram os responsáveis por sua criação e pioneiros em sua implementação. O aspecto que o diferencia dos outros modos de cooperativismo está na divisão dos lucros. Nesse modelo, os associados à cooperativa recebem suas partes das sobras proporcionais ao capital consumido durante o período na cooperativa.	A primeira cooperativa de consumo que se tem registro é a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de <i>Rochdale</i> , fundada em 1844 por 28 funcionários de diversos ofícios, em <i>Rochdale</i> , interior da Inglaterra. Com grande parte de seus membros inspirados por princípios <i>owenistas</i> , seus objetivos iniciais eram a criação de uma colônia autossuficiente e fornecer apoio a outras sociedades com o mesmo propósito.

<p><i>Cooperativismo de crédito</i></p>	<p>Esse modelo de cooperativismo ficou conhecido como “Banco do Povo”, já que surge com a necessidade de providenciar suporte financeiro aos pobres que precisavam de dinheiro para enfrentar as adversidades econômicas e climáticas. Para se capitalizarem a partir de fundos de terceiros, o grupo utiliza a <i>garantia solidária</i> mediante a “responsabilidade ilimitada”; desta maneira, o grupo angariava os fundos necessários e, se houvesse alguma infelicidade com algum dos membros, o resto do grupo era responsável por arcar com a dívida. Esta forma de associativismo permitia ao grupo conseguir empréstimos com juros menos extorsivos, já que a união dos bens propiciava maior segurança à transação.</p>	<p>As cooperativas de crédito se iniciaram na Alemanha e se disseminaram primeiramente para países como Itália, Canadá e Estados Unidos. A primeira a ser criada foi a cooperativa de crédito <i>Shulze-Delitzch</i>, que serviu de modelo para outras cooperativas que realizaram mudanças estruturais e adaptaram o modelo à sua realidade. Isso ocorreu com o “Banco da Aldeia”, em Bangladesh. A grande fome que assolou o país, um dos mais pobres do mundo, em 1974 fez com que o professor universitário Mohamed Yunus criasse um banco do povo que permitiu, ao mesmo tempo, acesso ao crédito e empoderamento às mulheres pobres.⁸</p>
<p><i>Cooperativismo de compras e vendas</i></p>	<p>As cooperativas agrícolas são as mais comuns nessa categoria. Levando em consideração que o mercado agrícola é marcado por monopólios e cartéis, a cooperativa agrícola iguala os pequenos agricultores ou varejistas aos grandes, já que o seu diferencial com relação aos outros modelos de cooperativismo é justamente possuir um pouco de cada modelo, propiciando melhores condições de compras, vendas, empréstimos aos cooperados e reduzir os custos da produção, já que possibilita compras a preços menores e vendas a preços maiores.</p>	<p>O modelo associativista foi predominante nos países europeus durante o século XIX e, posteriormente, nas Américas, Ásia e Oceania, no século XX. Não houve, sobretudo, uma cooperativa com grande destaque na história, já que as cooperativas agrícolas se disseminaram e estiveram presentes em vários países, assim como nos dias atuais. Historicamente praticado com maior intensidade em países predominantemente agrícolas, o modelo muitas vezes era gerido de forma híbrida, pois assimilava, em muitas delas, relações capitalistas em sua gestão.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em Singer (2002).

Em resumo, os três tipos de cooperativismo histórico propostos por Singer (2002) são o cooperativismo de consumo, modelo em que somente os sócios poderiam consumir os produtos ofertados na cooperativa e a divisão das sobras geradas a partir das vendas seria feita de forma proporcional ao consumo de cada cooperado. O cooperativismo de crédito, em que as cooperativas de crédito utilizavam a união de bens dos seus associados e a garantia de que se, alguém não conseguisse arcar com a dívida, a cooperativa seria responsabilizada. Dessa forma, os associados

⁸ Para maiores informações sobre o “Banco da Aldeia” consultar Yunus (2000).

conseguiam levantar fundos a juros menores. Por último, apresenta-se o modelo de cooperativismo de compra e venda. Composto, principalmente, por cooperativas agrícolas, possui semelhanças com os dois modelos citados anteriormente, já que busca vender em sociedade a preços justos, sem a necessidade de intermediários cartelizados. Pode ser uma fonte de empréstimo, caso necessário, e também pode realizar compras coletivas para conseguir preços reduzidos.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi delimitada em três frentes analíticas, sendo duas de caráter analítico e uma de caráter exploratório. Com respeito a primeira delas, a frente teórica, buscou-se compreender o conceito do termo Economia Solidária, seu histórico e os contextos sociais que propiciam o seu surgimento. A segunda frente, por sua vez, consistiu na participação da pesquisadora nas reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária, realizado mensalmente no município de Governador Valadares, concentrando-se em captar as percepções do grupo, as regras estabelecidas, estrutura da organização e as principais dificuldades enfrentadas. A terceira frente, caracterizada como exploratória, consistiu em pesquisa de campo, com aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas.

Acerca do caráter da pesquisa, teve-se por objetivo a descrição das características da população estudada, sua distribuição por idade, sexo, nível de escolaridade, renda, motivos para estar no grupo, entre outros aspectos, como as opiniões e atitudes do grupo (GIL, 1999). Com relação à participação nas reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária, a abordagem utilizada foi a observação participante que, conforme Babbie (1999, p. 74), “[...] refere-se a um método de coleta de dados em que o pesquisador torna-se participante no evento ou grupo social estudado. Você pode juntar-se a uma marcha de protesto para colher dados sobre os outros participantes, ou entrar num grupo religioso que deseja estudar”.

Para fundamentar os três eixos, adotou-se o procedimento caracterizado por pesquisa bibliográfica e documental. Desse modo, houve uma observância em fontes de informações secundárias, estas relativas a:

- Textos produzidos por estudiosos da área de Economia Solidária, Ciência Política e Economia Brasileira;
- Documentos que regulamentem o fomento à prática da Economia Solidária no Brasil, assim como as leis que regem a criação da Secretaria de Economia Solidária no âmbito nacional.

Parte do material utilizado é publicado sob o formato de relatórios de pesquisa, livros e artigos, por universidades, institutos governamentais, organismos multilaterais e centros de pesquisa.

A fim de se obter dados primários sobre o perfil dos produtores e comerciantes no âmbito da Economia Solidária em Governador Valadares e região, realizou-se a aplicação de questionários com os participantes das associações com perfil solidário, a saber: o Ponto de Cultura, a Associação de Saúde Alternativa (ASA), a Rede de Consumidores Tamanduá e a Associação Tecendo Artes de Mathias Lobato (ASSOARTE). Além destas, o questionário também foi respondido por participantes das reuniões do Fórum Regional e por produtores da Feira Agroecológica. Obteve-se um total de vinte e sete respostas (amostra $n = 27$). Todo o trabalho de campo foi realizado em Governador Valadares e Mathias Lobato, cidade incluída geograficamente como parte do Fórum Regional.

Como critério para a seleção dos indivíduos da amostra foi considerado como parte do movimento solidário aquele/aquela que, no momento da aplicação do questionário, afirmou que o local de sua residência era Governador Valadares e região e que participava de alguma das associações identificadas com os princípios de Economia Solidária. Com relação ao número de respondentes, não há critério estatístico para definição do tamanho da amostra que garanta a representatividade populacional e elimine o viés amostral, dado a falta de dados formais acerca dos participantes do movimento. Tratando-se, portanto, de uma pesquisa parcialmente exploratória, a amostra foi definida a partir da pesquisa participativa, onde realizou-se o primeiro contato com os possíveis respondentes e, posteriormente, realizaram-se visitas aos empreendimentos. Os participantes do questionário serão tratados como “respondentes” nesta pesquisa.

Paralelamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores e antigos membros das associações. Foram feitas, ao todo, cinco entrevistas, sendo a amostra composta por três feirantes, uma gestora e um sócio gestor, conforme indicado no Quadro 2 abaixo. A escolha de cada associação se deu pela expressividade no município, observada durante a participação nas reuniões do fórum, assim como a aparente existência de uma gestão mais horizontal para que, posteriormente, fossem encontrados traços de similaridade entre as associações e o cooperativismo histórico proposto por Singer (2002). Para garantir o anonimato dos entrevistados, os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios e, por limitação do tempo e delimitação do objeto estudado, apenas quatro entrevistas foram, de fato, utilizadas nesta pesquisa.

Quadro 2 – Informações dos entrevistados

Nome	Idade	Sexo	Função	Associação
Josélia	43	Feminino	Produtora rural	Feira Agroecológica da Agricultura Familiar
Daniel	56	Masculino	Produtor Rural	Feira Agroecológica da Agricultura Familiar e Rede Tamanduá
Natércio	28	Masculino	Gestor	CRESAFA
Otávia	32	Feminino	Coordenadora	Rede Tamanduá
Afonso	35	Masculino	Produtor Rural	Feira Agroecológica da Agricultura Familiar

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa de campo.

Com todos os entrevistados propôs-se conhecer a história da associação, quais princípios fundamentaram sua criação e como se deu sua construção. Em relação à gestão, investigou-se em maior profundidade as regras para se associar, se existe ou não um conselho gestor e, caso exista, como são divididos os cargos e como é realizada a eleição, como são tomadas as decisões, frequência das reuniões e se há algum fundo solidário que garanta o funcionamento da associação ou se ela se mantém sob transferências de renda, sejam estas governamentais ou não.

A partir da coleta de dados primários, realizou-se a caracterização dos sujeitos do estudo, que será apresentada no formato de tabela e indicará a porcentagem de sujeitos para cada opção apresentada no questionário, e a caracterização dos empreendimentos, tendo por base as informações repassadas nas entrevistas. Posteriormente, será apresentado um diagrama de influências para demonstrar as relações entre as associações e suas características fundamentais. Os resultados são apresentados na próxima seção.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na região de Governador Valadares, a Lei Municipal Nº 5.553, de 2014, estabelece os princípios fundamentais e objetivos da política pública municipal de fomento à Economia Solidária, além de outras providências. Apesar da criação da lei se referir ao ano de 2014, a Economia Solidária surgiu anos antes no município, mais precisamente em 2003, conforme relatado em entrevistas com os gestores. Entre os 4 gestores entrevistados, as principais referências ao ano são a criação da Feira Agroecológica da Agricultura Familiar, a Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar Agroecológica (CRESAFA) e o fomentos dos Fóruns Regionais de Economia

Solidária. Nesta seção serão analisados, de forma sucinta, o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como o perfil das associações visitadas.

4.1. Caracterização dos sujeitos do estudo

Compuseram a amostra, ao todo, vinte e sete participantes de grupos de discussão, associações e feiras que se identificam com o modo de produção solidário. Todas as informações levantadas através de entrevistas e questionários serão analisadas nesta subseção. Apesar do total de 27 respondentes, nem todos/todas responderam o questionário por completo, portanto, esse valor foi atribuído ao “não responderam” em cada gráfico.

Com idade mínima de 27 anos e idade máxima de 82, a média de idade do grupo foi de 52,82 anos, sendo o desvio padrão de 13,26 anos. A maioria dos trabalhadores possuem mais de 60 anos, sendo estes 36% da amostra ($n = 9$), seguido de pessoas com idade entre 40 a 50 anos, que representam 32% da amostra ($n = 8$). Tais dados estão reportados na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos integrantes da amostra por idade

Idade	N	Percentual
Menos de 30	1	4%
30 a 40	3	11%
40 a 50	8	30%
50 a 60	4	15%
60 ou mais	9	33%
Não responderam	2	7%
Total	27	100%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

Conforme apontado na Tabela 2, verifica-se que as mulheres são maioria nos empreendimentos solidários, pois compõem 74,07% da amostra ($n = 20$), enquanto os homens foram representados por 25,93% dos participantes ($n = 7$).

Tabela 2 – Distribuição dos integrantes da amostra por sexo

Sexo	N	Percentual
Feminino	20	74,07%
Masculino	7	25,93%
Total	27	100%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta dados relacionados à escolaridade dos entrevistados/entrevistadas. Observa-se que 51,85% da amostra (n = 14) possui ensino médio completo e somente 18,52% possuem ensino superior completo (n = 5). A mesma taxa de escolaridade (18,5%) pode ser observada para o ensino fundamental incompleto, o que explicita a baixa taxa de educação formal entre os participantes da pesquisa.

Tabela 3 - Distribuição dos integrantes da amostra por escolaridade

Escolaridade	N	Percentual
Nenhuma	1	3,7%
Ensino fundamental incompleto	5	18,5%
Ensino fundamental completo	2	7,4%
Ensino médio incompleto	0	0,0%
Ensino médio completo	14	51,9%
Ensino superior incompleto	0	0,0%
Ensino superior completo	5	18,5%
Total	27	100%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

Os dados sobre a renda mensal familiar, reportados na Tabela 4, informam que 41% dos entrevistados (n = 11) recebem entre um e dois salários mínimos, calculado como R\$ 954,00 para o ano de 2018. Em seguida, a segunda faixa de renda com maior participação é a de menos de um salário mínimo, sendo o valor indicado por 30% dos trabalhadores (n = 8).

Tabela 4 - Distribuição dos integrantes da amostra a partir da renda mensal familiar

Faixa de renda	N	Percentual
Menos de 954 reais	8	30%
De R\$ 954,00 até R\$ 1,908 reais	11	41%
De R\$ 1.908,00 até R\$ 2.862,00	5	19%
De R\$ 2.862,00 até R\$ 3.816,00	2	7%
De R\$ 3.816 até R\$ 4.770,00	0	0%
Acima de R\$ 4.770,00	1	4%
Total	27	100%

Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa.

Em se tratando da formalidade no mercado de trabalho, 81% dos entrevistados (n =21) afirmam não estarem incluídos no programa de Microempreendedor Individual (MEI). Contudo, a participação

em grupos de produção/comercialização se mostrou bastante expressiva, 70% dos entrevistados (n = 19) fazem parte de algum grupo. Entre os grupos estão, principalmente, associações de artesanato, terapias alternativas, e feiras agroecológicas. A descrição destes empreendimentos terá mais atenção na próxima seção.

4.2. Caracterização das associações visitadas

Durante as entrevistas, visitas aos grupos e participação nas reuniões do Fórum, foram identificados diferentes grupos de organização, representação e associação com perfil solidário em Governador Valadares. Notou-se, também, que esses grupos se organizam de formas diferentes, já que possuem objetivos distintos. Sendo assim, foram feitas entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores que atuam há mais tempo no movimento da Economia Solidária ou com um gestor do grupo/empreendimento para captar suas características essenciais, formas de organização e motivações iniciais.

Esta subseção está dividida em quatro tópicos, onde cada um discorre sobre as características de quatro organizações baseadas nos princípios da Economia Solidária em Governador Valadares. Os critérios para a escolha foram a expressividade das associações na cidade e o grau de acessibilidade, dado o tempo e os recursos disponíveis. O objetivo é analisar o histórico da associação, sua forma de gestão e, ao fim, identificar semelhanças entre as associações pesquisadas e as formas de cooperativismo descritas na literatura, a partir das contribuições de Singer (2002) (Quadro 1).

O primeiro tópico descreve a organização da Feira Agroecológica da Agricultura Familiar; o segundo, a Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar e Agroecológica (CRESAFA); o terceiro, o Fórum Regional de Economia Solidária; e, por fim, o quarto tópico trata da Rede Tamanduá.

4.2.1. Feira da Agricultura Familiar de Governador Valadares

Para se compreender o funcionamento da feira da Agricultura Familiar de Governador Valadares foram realizadas entrevistas com a feirante e agricultora Josélia, de 43 anos, e com Daniel, 56 anos, agricultor. A feira é composta somente por produtores rurais da agricultura familiar, onde se comercializa produtos, em sua maioria, *in natura*, como vegetais, hortaliças, ervas, galinhas, ovos, entre outros.

4.2.1.1. Histórico da associação

Com seu início em 2003, Daniel explicou que a feira surgiu a partir da necessidade dos produtores rurais de realizarem um comércio mais justo de suas mercadorias. Segundo ele:

Daniel: Na verdade essa feirinha aqui surgiu de uma necessidade mesmo, porque a venda na rua era livre, né... e aí depois começam as regras pra você vender e acabou com a feira que nós vendíamos por atacado aqui, e todo mundo tinha que ir pro CEASA. Como nós éramos pequeno produtor, CEASA não é lugar de pequeno produtor não, é lugar de atravessador [...] os próprios produtores ou atravessadores que estão lá vendem diretamente pros supermercados, sacolão, pras mercearias, pro pessoal do mercado. O pessoal da feira compra lá pra vender, a nossa aqui é diferente, por isso que eu tava contando a história lá dos anos 80. Mas aí depois nós tivemos a necessidade, como acabou nosso espaço de venda direta, tinha que ser no CEASA. Eu, por exemplo, frequentei o CEASA por 6 anos, mas não aguentei. Fiquei uns cinco anos sem comercializar, parei, aí foi quando, então, nós tivemos a ideia de criar a feira. Lá em 2003, 2004 a gente começou essa discussão de criar uma feira pra nós produtores mesmo do município, então a feira aqui só tem produtor e produtora do município, não tem nenhum atravessador aqui, e aí a gente vem mais nessa discussão da agroecologia, na produção sem veneno, sem adubo e estamos aqui, mas mesmo assim a gente enfrenta algumas dificuldades. Sempre algum supermercado quer tirar nós porque você tá perto do centro, quer afastar nós daqui, não sei porquê, eu não concordo com eles.

Atualmente, a feira conta com, aproximadamente, 30 famílias e funciona todas as sextas-feiras. Ainda segundo Daniel, no momento, a associação de agricultores não recebe apoio direto de instituições, tanto governamentais quanto não governamentais. Há, eventualmente, programas de assistência organizado pelo Centro Agroecológico Tamanduá, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade e auxílio da prefeitura para o transporte, que o entrevistado classifica como “razoável”. É importante ressaltar que a feira é uma associação heterogênea e algumas famílias participam de diferentes atividades marginais ao comércio realizado na feira, como o Programa de Merenda Escolar e a Rede Tamanduá, portanto, o apoio individual que cada uma recebe é diferente.

4.2.1.2. Gestão da associação

A gestão da associação se dá de forma muito similar às regras básicas da cooperativa de *Rochdale* descritas na seção 3.3 deste trabalho, em que as decisões são tomadas de forma horizontal em assembleia, conforme explica Josélia: “[...] de dois em dois meses a gente tem a assembleia, que a gente leva as demandas, apresenta novos sócios que queiram entrar, aí a assembleia avalia aquele sócio e se a assembleia decidir que sim, na sexta-feira seguinte ele vai pra feira, é um membro da feira”.

Com relação às regras que regem a feira, Daniel diz: “Nós temos uma associação, um estatuto que regulamenta como é que tem que ser, as condições de produção, como é que você tem que proceder aqui, tudo tem [...] costuma ter alguns cursos pra fazer, mas nem todo mundo gosta de

participar não, mas tem”. Questionado sobre a prática da agroecologia entre os participantes da feira, o feirante esclarece que não é uma regra para entrar, que todos fazem parte da agricultura familiar, produzem sem veneno, mas a agroecologia é um termo que vai além disso e que alguns precisam de um pouco mais de convivência no grupo para entender e praticá-la.

Conforme Daniel, a feira conta com um fundo solidário, proveniente de uma taxa de 5% sobre as vendas diárias de cada família e, no âmbito da autogestão, a cada dois anos os associados elegem uma chapa composta por presidente, tesoureiro e secretário para representá-los.

4.2.1.3. Similaridades

Sendo mais comum em países predominantemente agrícolas, como dito na seção anterior, o modelo cooperativo de compra e venda é o que mais se assemelha à forma de associação da Feira Agroecológica, pois surge como alternativa aos cartéis estabelecidos na região, em busca de um comércio justo para suas mercadorias.

4.2.2. Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar Agroecológica (CRESAFA)

Para compreender a organização da cooperativa, o entrevistado foi Natércio, funcionário do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) à serviço da CRESAFA e sócio da cooperativa. Localizada no centro da cidade, a CRESAFA não comercializa produtos diretamente ao público, mas atua como intermediária entre os produtores rurais e os receptores das mercadorias, majoritariamente, escolas estaduais e a prefeitura do município. Os produtos comercializados são exclusivamente *in natura*, sendo a maioria hortaliças e vegetais. A cooperativa recebe novos associados, urbano ou rurais, anualmente, que são selecionados com base nos requisitos propostos no regimento da cooperativa. A CRESAFA conta com um conselho gestor, responsável por executar as demandas burocráticas da associação e funciona diariamente em horário comercial.

4.2.2.1. Histórico da associação

A CRESAFA tem seu nascimento no ano de 2004. Inicialmente, surgiu em parceria com a Feira Agroecológica, pois ambas agregavam produtores em comum e, assim como a Feira Agroecológica, a CRESAFA se originou da necessidade de comercialização do excedente da produção da agricultura familiar. A estratégia inicial para o escoamento era a “Lojinha da CRESAFA”, onde os produtores da agricultura familiar deixavam suas mercadorias que eram ofertadas aos consumidores durante a semana em horário comercial.

A partir de 2009, a CRESAFA passou a fazer parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁹, que se torna o novo foco do escoamento da produção. Segundo Bernardo, as demandas são feitas através de chamadas públicas, que são repassadas aos agricultores. É realizado, então, um contrato diretamente com a escola que contém um cronograma de entregas a ser cumprido. A logística de busca e entrega dos produtos é de responsabilidade da cooperativa.

4.2.2.2. Gestão da associação

A CRESAFA é composta por 124 sócios que moram ao longo do território do Rio Doce, além desses, há também agricultores não associados, mas que não foram contabilizados para a pesquisa. Para sua gestão, a cooperativa conta com um diretor-presidente, um diretor-administrativo, um diretor-financeiro e um diretor-secretário. O dinheiro para garantir funcionamento do local e o pagamento dos gestores, que trabalham diariamente, advém de uma taxa administrativa que incide sobre os contratos realizados entre agricultores e escolas/prefeitura.

Todas as decisões são tomadas em assembleia entre sócios e os diretores. A cooperativa tem uma assembleia geral prevista para acontecer uma vez ao ano, onde se presta contas anuais, renova-se o conselho fiscal e trata de questões pendentes. Com relação à renovação dos diretores, a cada três anos se elege um novo conselho de administração e todo ano se elege um novo conselho fiscal, que tem por objetivo fiscalizar a parte financeira e contábil da cooperativa. Todos os sócios podem se candidatar a ambos os cargos, independentemente do tempo de participação ou escolaridade.

4.2.2.3. Similaridades

Em comparação aos tipos de cooperativismo reportados por Singer, a CRESAFA se assemelha com o cooperativismo de compra e venda. Este modelo é comum entre produtores agrícolas que buscam formas de comércio à margem do mercado tradicional, com vistas à valorização de seus produtos.

4.2.3. Fórum Regional de Economia Solidária

Os relatos a respeito do Fórum fazem parte da observação da pesquisadora durante a participação em suas reuniões. Para compreender o seu processo de criação, utilizou-se como referência as leis de fomento às iniciativas relacionadas à Economia Solidária por parte do governo federal. O Fórum é uma associação diferente das citadas anteriormente, não há objetivo comercial ou

⁹ O programa é regido pela Lei nº 11.947 de 16/06/2009 e resoluções do FNDE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm.

produtivo, ele funciona, principalmente, para discussão no âmbito da Economia Solidária na região. As reuniões ocorrem todas as primeiras quartas-feiras do mês e os temas são variáveis, podem ser propostos textos ou cartilhas para discussão, repasses das reuniões ocorridas em outros fóruns e eventos, estaduais e nacionais, e a organização das feiras mensais da Economia Solidária na cidade. Entre todas as associações visitadas, o fórum se mostrou o mais heterogêneo e é composto tanto por artesãs, quanto por associações de saúde alternativa, produtoras rurais e alimentícias. Sua função principal é informar e organizar. Portanto, não serão especificadas “similaridades” para a associação.

4.2.3.1. Histórico do Fórum

A criação dos Fóruns Regionais de Economia Solidária em todo o Brasil têm seu marco na criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), que passa a compor o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003 a partir da lei nº 10.683/2003¹⁰, atualmente revogada pela lei nº 13.502/2017¹¹, mas que, durante sua vigência, tinha como princípio fomentar e difundir a Economia Solidária em todo o Brasil, como resposta ao alto índice de empregos informais do período (SINGER, 2004).

No âmbito legal, uma das competências da lei que instituiu a SENAES era prestar apoio material e político às práticas de Economia Solidária através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Sendo assim, a partir das políticas de fomento à geração de renda, com base na Economia Solidária, postas em prática pelo MTE, cria-se o Fórum Regional de Economia Solidária em 2004, cujas reuniões ocorrem em Governador Valadares.

4.2.3.2. Organização e atuação do Fórum Regional de Economia Solidária

Diferente das duas associações analisadas anteriormente, o Fórum não tem por objetivo produzir, comprar ou vender produtos. Trata-se de um canal de comunicação entre as associações já estabelecidas na cidade e sua prefeitura. Atualmente, é papel do Fórum organizar a feira mensal da Economia Solidária¹², levantar e propor soluções às demandas dos grupos quando necessário, organizar seminários sobre o tema, realizar pesquisas perante os grupos, discutir temas tangentes à Economia Solidária, como os direitos da mulher e a igualdade de gênero na sociedade, entre outros.

A organização não conta com um conselho responsável pela gestão, todas as decisões são tomadas em assembleia quando necessário. Através da participação nas reuniões, entrevistas e aplicação de questionário, observou-se que as reuniões são compostas majoritariamente por mulheres e agrega mais associações relacionadas ao trabalho artesanal, à produção alimentícia, à saúde

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm#art30xiii.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13502.htm#art82.

¹² A Feira da Economia Solidária em Governador Valadares ocorre mensalmente na Praça dos Pioneiros, com data prevista nas reuniões do Fórum e tem por objetivo a comercialização e exposição de produtos.

alternativa que têm menos relação direta com o trabalho rural, ou seja, trata-se de associações, em sua maioria, urbanas.

4.2.4. Rede de Consumidores Tamanduá

Para este tópico que trata da Rede de Consumidores Tamanduá (Rede), contou-se com a participação de Otávia, integrante do Centro Agroecológico Tamanduá. Otávia acompanhou a Rede desde sua idealização e criação e, atualmente, trabalha diretamente com o projeto. A Rede foi criada no início de 2018 com objetivo de unir consumidores pró ativos com relação ao que consomem, ou seja, que buscam saber de onde vem o que compram, o método de produção (monocultura ou policultura), se são utilizados agrotóxicos e adubos, se há exploração do trabalho e se há produtores da agricultura familiar. Atualmente, a Rede conta com o apoio do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), da organização não governamental alemã *Misereor Ihr Hilfswerk* e do Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares (NAGÔ). As entregas são realizadas pelos produtores todas as quartas e repassadas aos consumidores no mesmo dia. Para fins de informação, todos os produtos, semelhantes aos comercializados na Feira da Agricultura Familiar, são identificados por uma etiqueta que indica o nome de quem produziu e o local.

4.2.4.1. Histórico da associação

Questionada sobre a história da Rede, Otávia diz que a ideia já era comentada entre os agricultores antes de sua chegada. Segundo ela: “Os agricultores diziam que queriam trabalhar com entregas de cestas, haviam muitos produtos que eles não conseguiam inserir no mercado tradicional, porque, muitas vezes, pro mercado convencional não tem valor”. Atuando diretamente no campo como técnica agroecológica, Otávia utilizou as ferramentas, adquiridas em sua formação na área de agroecologia, para receber tais demandas e dar início à construção coletiva do projeto que se adequaria às necessidades dos agricultores.

Tendo como referência principal a *Rede Raízes da Mata*, projeto de comércio agroecológico estabelecido em Viçosa, e os princípios da tecnologia social *Comunidade que Sustenta Agricultura (CSA)*, formaram-se os ideais básicos da Rede Tamanduá, adaptados às condições regionais do Vale do Rio Doce e com apoio do Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares (NAGÔ). A construção se deu com participação dos técnicos e agricultores, que definiram seus fundamentos e objetivos a curto, médio e longo prazos.

Após esse processo, foram selecionados cinco agricultores, que deveriam cumprir algumas condições, como ter meios de realizar as entregas dos produtos, ter se beneficiado do projeto ATER

Agroecologia¹³, ser um agricultor de confiança, com consciência agroecológica e residir próximo a Governador Valadares, para que os técnicos pudessem acompanhar a produção. Selecionados os agricultores e os primeiros consumidores, no dia 20 de abril de 2018 a Rede Tamanduá teve seu início.

4.2.4.2. Gestão da associação

Partindo do princípio de que não há tomada de decisão dentro da Rede sem que todos os agricultores sejam consultados previamente, Otávia explicou que todas as decisões são pautadas coletivamente e que ainda não houve necessidade de votações e assembleias gerais, pois o grupo que, atualmente, é formado por quatro famílias, tem entrado em consenso a partir de argumentos construídos em reuniões. Com cerca de 130 consumidores cadastrados, Otávia relata que ainda há pouca participação destes nas decisões, seja pela baixa aderência ao debate, mesmo quando são questionados, ou por estarem no início do processo de compreensão sobre o que é agroecologia e os objetivos da Rede.

Para garantir o seu funcionamento, a Rede conta com cinco técnicos que se dedicam parcialmente ao projeto, cinco bolsistas do NAGÔ, uma estagiária da Universidade Pitágoras e treze agricultores. Para suprir os gastos com os materiais utilizados, houve a criação de um fundo que é alimentado tanto pelos agricultores quanto pelos consumidores. Entre os agricultores, foi acordado uma taxa de 10% sobre as vendas e entre os consumidores a taxa acordada foi de 5%, totalizando 15% sobre as vendas.

4.2.4.3. Similaridades

Se comparado ao associativismo histórico de Singer, há, parcialmente, similaridade com o cooperativismo de compra e venda. O grupo é formado por agricultores e tem por objetivo se inserir no mercado de forma autônoma, valorizando os preços sem ceder aos grandes comerciantes da região. Entretanto, não é prioridade a redução de custos através de compras coletivas.

4.3. Diagrama de influências e principais características das associações

Para esclarecer a dinâmica de interação entre os tipos de produção (artesanal, agricultura familiar, produção alimentícia) e as associações descritas nos tópicos acima, elaborou-se um diagrama de influências¹⁴ que leva em consideração os tipos de atividades realizadas por parte de seus membros e os objetivos de cada associação. Conforme Bueno (2011):

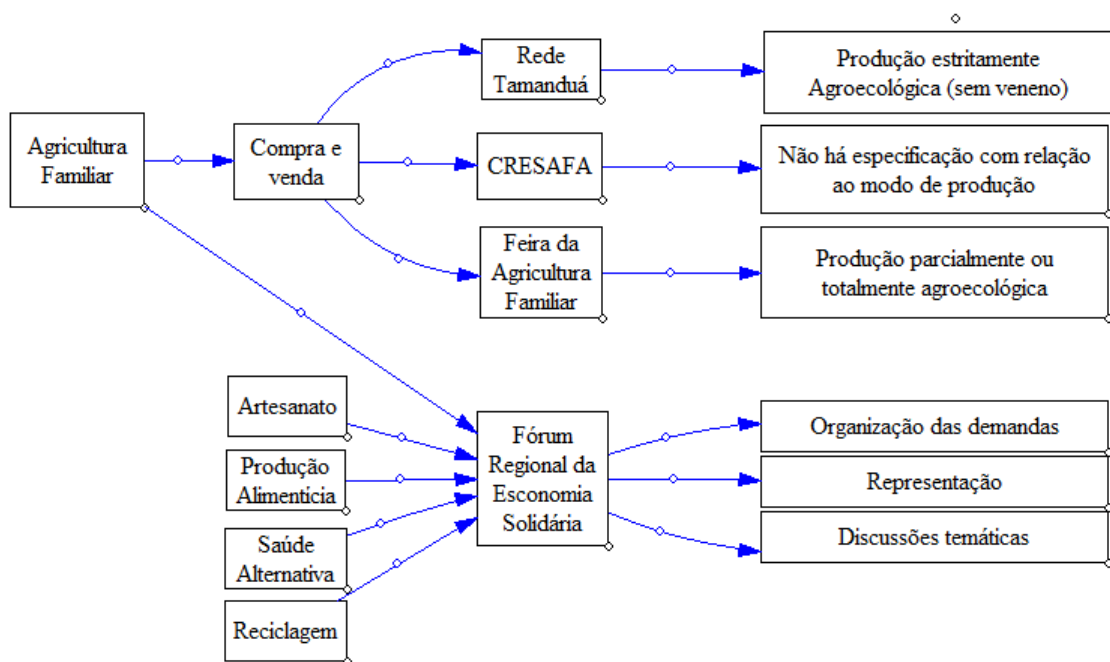
¹³ O programa Ater Agroecologia é um projeto da Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário que durante sua vigência levou técnicos ao campo para incentivar a prática da agroecologia entre os trabalhadores rurais.

¹⁴ Para maiores informações acerca do conceito e construção de Diagrama de Influências, consultar: “Introdução à

A construção de diagramas causais ou de influências pode ser muito útil para dar uma ideia da complexidade dos sistemas em que vivemos. Mas esses diagramas não são geralmente suficientes para nos permitir inferir conclusões sobre o efeito de ações particulares sobre a dinâmica de sistemas complexos para um prazo um pouco mais longo.

Sendo assim, o diagrama abaixo (Figura 1), produzido com informações coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, não representa a exata realidade vivenciada pelas associações em Governador Valadares. Entretanto, tem por finalidade, colaborar no esclarecimento das relações vivenciadas pelos empreendimentos para a execução de políticas públicas focalizadas.

Figura 1 – Diagrama de influências das associações pesquisadas



Fonte: Elaboração própria com base em resultados da pesquisa

O diagrama acima sintetiza as informações elencadas no tópico anterior. É possível observar que, de forma geral, os produtores/produtoras rurais fizeram parte da criação e atuam na gestão da Rede, da CRESAFA e da Feira da Agricultura Familiar, sendo o objetivo primordial a comercialização do que produzem. Há, também, uma modesta participação da agricultura familiar no Fórum Regional de Economia Solidária, que é composto, principalmente, por atividades de artesanato, produção alimentícia, saúde alternativa e reciclagem.

Do lado direito do diagrama tem-se as especificidades de cada associação. No que se refere à Rede, observa-se a comercialização de produtos provenientes de produção estritamente agroecológica, fruto de um longo trabalho com os produtores/produtoras rurais. A CRESAFA, por sua vez, não possui especificação com relação ao modo de produção, desde que se trate de agricultores familiares. A Feira prioriza o modo de produção agroecológico, entretanto, compreende que muitos agricultores/agricultoras entram sem compreender o significado da terminologia e compartilham conhecimento ao longo do tempo. Para o Fórum Regional, foram relacionados seus principais objetivos, sendo estes: organização, representação e discussão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de Economia Solidária em Governador Valadares e região se mostra bastante característico ao que se encontra na literatura sobre o tema. Trata-se de uma população composta, em sua maioria, por mulheres, que se apresenta economicamente vulnerável, com rendas familiares de um a dois salários mínimos e baixa escolaridade. Com relação às associações, observou-se características heterogêneas. Apesar de possuírem similaridades com o associativismo histórico, as práticas ultrapassam o escopo delineado por Singer (2002). No município e região, a Economia Solidária se apresenta em diversas faces, seja em sua forma de organização ou nas atividades que se propõe, como prestar uma saúde alternativa, um serviço não exemplificado no associativismo histórico. Percebe-se, também, forte presença do associativismo agrícola, que se funda, principalmente, na necessidade de resistir face ao mercado cartelizado e garantir a valorização do produto da agricultura familiar.

Em termos gerais, a Economia Solidária em Governador Valadares remonta ao seu objetivo inicial, quando surgiu no Brasil, de ser uma forma alternativa para geração de renda aos que se encontram à margem do sistema produtivo hegemônico. Tal fato justifica a importância do estímulo à prática solidária, com bases bem fundadas, para garantir que formas de exploração não se propaguem e sejam normalizadas dentro do movimento. Este processo só será possível a partir de investimento em informação e capacitação das participantes, o que acontece com pouca frequência.

Apesar da existência da Lei Municipal de fomento à Economia Solidária, a maioria das associações entrevistadas informou não receber incentivos diretos de organizações, sejam governamentais ou não, com exceção da Rede Tamanduá, que conta com apoio de ONGs (*Misereor* e *CAT*) e do NAGÔ. Nesse sentido, é possível observar como o apoio prestado se reverbera em práticas de fato solidárias e respeitadas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20-26.
- AMORIM, B. M. F.; HERTON, E. A. *Economia Solidária no Brasil: Novas Formas de Relação de Trabalho?*. Brasília: Ipea, 2004, p. 45-52. (Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 24).
- ARCOVERDE, A. C. B.; SOUZA, I. L.; FRAGOSO, N. M. Economia Solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão. *Revista da ABET*, v. 6, n. 2, p. 72-93, jul./dez. 2006.
- BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BOCAYUVA, P. C. C. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares / COPPE /UFRJ. In: CAMAROTTI, I; SPINK, P (Orgs). *Coleção FGV Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 328 – 349.
- BUENO, N. P. *Introdução à Dinâmica de Sistemas com aplicações para a Economia*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011.
- DATASUS (Tecnologia da informação à serviço do SUS). *Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Minas Gerais*. Disponível em: <tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginimg.def>. Acesso em: 10 de março de 2019.
- GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, 2003.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social – 6. Ed.* São Paulo, Atlas, 2008.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *IBGE Cidades: Governador Valadares*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.
- _____. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=destaques&c=3127701>>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: síntese de indicadores 2014/IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). *A situação social nos estados – Minas Gerais*. Brasília: IPEA, 2012.
- _____. Mercado de trabalho: Conjuntura e análise. In: *Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*. Brasília: IPEA, 2004.

_____. *Taxa de desemprego – áreas metropolitanas*. Disponível em:

<<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

KAPRON, S; FIALHO, A. L. Políticas Públicas para a Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 215-219.

LECHAT, N. M. P. *As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil*. In: *II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*, 2002, Campinas.

LECHAT, N. M. P; VALMOR, S. Economia Moral. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 96-101.

LEITE, M. P; GEORGES, I. P. H. Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária: Democratização, Inclusão ou Precarização?. In: LEITE, M. P; GEORGES, I. P. H. (Orgs.). *Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária*. São Paulo: Annablume Editora, 2012, p. 15-30.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, Volumes I e II. 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MILANEZ, F. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 76-84.

PEREIRA, L. C. B; MARCONI, N. Existe Doença Holandesa no Brasil?. In: PEREIRA, L. C. B. (Org.). *Doença Holandesa e Indústria*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO). *Ranking IDHM Municípios 2010a*. Disponível em:

<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>.

Acesso em: 17 de setembro de 2018.

_____. *Ranking IDHM Unidades da Federação 2010b*. Disponível em:

<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>>. Acesso em: 17 de setembro de 2018.

POCHMANN, M. *Economia Solidária no Brasil: Limites e Possibilidades*. Brasília: IPEA, 2004, p. 23-34. (Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 24).

SANTOS, A. M.; CRUZ, A. C. M. *Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinaridade articulando, ensino, pesquisa e extensão universitária*. Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra, 2016.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. *A Economia Solidária no Governo Federal*. Brasília: IPEA, 2004, p. 3-5. (Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 24).

YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 1997.